

E na comissão mista o governo se previne

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho, designou ontem os relatores para cada item do projeto orçamentário, compondo uma maioria identificada com as teses do governo, adepta do Centrao e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A parte referente aos ministérios militares, por exemplo, foi entregue a parlamentares da mais absoluta confiança do governo, numa sessão que teve a presença marcante e o testemunho dos assessores militares que atuam no Congresso.

O senador Álvaro Pacheco (PFL), amigo íntimo do presidente, vai relatar o orçamento do Ministério da Aeronáutica, que representa 2,5% do projeto global de orçamento da União para 1989 — este, com a Operação Desmonte, ficou em Cz\$ 10,4 trilhões. O deputado Paes Landim (PFL), ligado à área militar vai relatar o orçamento do Exército, que representa 3,05% do total. O senador Raimundo Lira (PMDB) ficou com o Ministério da Marinha, que terá 2,46% do total orçamentário.

São 35 áreas no orçamento, mas estão indicados, por enquanto, 32 relatores. Ficaram de fora os Ministérios da Justiça, da Cultura e da Reforma Agrária, para novas composições. O PT, por exemplo, ainda não quis ficar com nenhuma relatoria, mas o deputado Plínio de Arruda Sampaio já foi convidado para a área da Justiça e está relutando. Dos 32 designados, 20 cargos ficaram com o PMDB, cinco com o PFL, três com o PSDB, dois com o PDS, um com o PL e um com o

PDT. Ainda entre os 32 relatores, 21 votaram pelos cinco anos para o presidente José Sarney.

Todo o orçamento do Poder Judiciário, 1,14% do total, será relatado pelo deputado Nilson Gibson (PMDB — 5 anos). O orçamento do Poder Legislativo, 1,14% do total, tem a seguinte divisão: deputado Wagner Lago (PMDB — 5 anos) com a Câmara; senador Maurício Corrêa (PDT — 4 anos) com o Senado; deputado José Luiz de Sá (PL — 5 anos) com o Tribunal de Contas da União. O Poder Executivo, que fica com 87,82% do orçamento, está dividido em 24 áreas; as principais foram entregues aos seguintes relatores: Presidência da República, Délio Braz (PMDB — 5 anos); Comunicações, Ismael Wanderlei (PMDB — 5 anos); Minas e Energia, Eraldo Tinoco (PFL — 5 anos); Previdência, Arnaldo Prieto (PFL — 5 anos) e Transportes, José Carlos Vasconcelos (PMDB — 5 anos).

O relator geral da comissão é o senador Almir Gabriel, do PMDB. Poderá ser trocado, entretanto, o relator-adjunto, deputado José Serra (PSDB), que está em campanha para a Prefeitura de São Paulo. O presidente Cid Carvalho apresentou alguns argumentos para que fosse esta a distribuição dos relatores: "Era preciso haver harmonia entre Câmara e Senado, corrigir problemas surgidos com a disputa com o PFL pela presidência da comissão, evitar atritos dentro do PMDB e prestigiar os tucanos do PSDB". De qualquer forma, lembrou Cid Carvalho, os 32 relatores foram retirados das listas de 60 membros permanentes da comissão, indicados pelos partidos.